

Vésperas Brazilianas

Como era o português falado em Portugal nas vésperas do achamento e povoamento do Brasil? Este seminário será dedicado a uma exploração tentativa do estado da língua na segunda metade do séc. XV e inícios do XVI, através de textos postos, com maior ou menor relutância, a falar. Antes, será apresentada a hipótese (E. Carneira) de se ter verificado na primeira metade do séc. XV uma série de mudanças simultâneas de natureza fonético-fonológica, com implicações morfológicas, reforçada por mudanças sintáticas de tempo longo e por inovações lexicais culturalmente inspiradas.

O presente papel, montagem de excertos, serve de introdução à época e aos problemas. Não segue acompanhado das páginas dos textos a comentar, porque seriam muito pesadas. O esquema final das 5 sessões só será cumprido à risca se faltar inspiração ao orador ou se a assistência não o questionar.

1. Enquadramento histórico

[Castro, "Uma língua que veio de longe", *Lusa - A Matriz Portuguesa*, vol. II, São Paulo, Mag Mais Rede Cultural, 2007, pp. 110-119.]

Em 1249 termina a Reconquista portuguesa com a ocupação do Algarve. Portugal tem o tamanho e o desenho que ainda hoje mantém, com fronteiras que são das mais antigas e estáveis de toda a Europa. No espaço adquirido a sul, repete-se o que sempre tinha acontecido antes: as populações ficam, recebem os povoadores do norte (portugueses, mas também galegos e oriundos de outras províncias de Leão e Castela) e aprendem a sua língua, a que emprestam muito de seu. O português que se instala no sul não é uma língua unitária e estandardizada; é antes uma colecção de dialectos que espelha o diferenciado mapa linguístico que ainda hoje continua a caracterizar o norte de Portugal, terra de vales separados por montanhas, de pequena propriedade e população dispersa. Em situações de colonização como esta, em que dialectos muito diferentes se misturam em novo território, porque os seus falantes deixam de viver separados como na terra natal, é costume produzir-se uma *koinê*, variedade híbrida que preserva os traços comuns a todos os dialectos e apaga os mais específicos de cada um deles. Quem conheça a paisagem portuguesa não deixará de reflectir que essa *koinê* de formas pouco marcadas é o complemento apropriado das planícies do sul, por contraste com o relevo vigoroso do norte. Na prática, o português do sul aparece dividido em poucos dialectos, pouco diferenciados e ocupando grandes extensões. O mapa dialectal conserva, ainda hoje, bem nítido o contraste entre o português da área inicial e o da área reconquistada. Se se pensou que o Brasil tinha sido colonizado apenas por alentejanos e algarvios (cf. adiante 1.1.), foi por não se encontrar, na boca de brasileiros, nenhum dos traços mais marcantes dos dialectos nortenhos: confusão entre [b] e [v], sibilantes apicais, ditongos [ow] e [ej] que já na Idade Média eram antigos. Mas difícil seria que esses traços não tivessem atravessado o Atlântico, na boca de beirões, transmontanos e minhotos, sofrendo depois um apagamento semelhante ao que os eliminou no Alentejo e Algarve, vítimas de uma nova *koinê*, agora tropical. Algumas relíquias apontam nesse sentido: um traço que, em Portugal, apenas sobrevive nos dialectos do recanto nordeste (Alto Minho, Beira Alta, Trás-os-Montes) é uma africada palatal de complicada origem, seguramente pré-romana, que podemos representar aproximadamente por *tch*. Nada tem a ver, pela sua origem e distribuição, com o som idêntico em espanhol (*mucho*), nem brasileiro (*tia*). Mas estão detectadas no Brasil

(Mato Grosso e interior de São Paulo) ocorrências desse som exactamente nas mesmas condições e palavras em que ocorre em Portugal (*cocho, chuvarada*). Hoje som em vias de extinção, só poderia permanecer nos extremos opostos do território se em algum momento passado tivesse ocupado todo o espaço intermédio.¹

Terminada a Reconquista e o povoamento que a prolongou e consolidou, criados os novos dialectos do português, organizando-se a nação como estado, um fenómeno interessante ocorreu então: ainda ebulientes da química que os produzira, os novos dialectos passaram a comportar-se como focos de inovação linguística, enviando em direcção aos dialectos antigos as suas soluções niveladoras (processo de retribuição histórica que ainda hoje não cessou) e disponibilizando-se para servir de base à edificação da norma linguística requerida pelas funções renascentistas de uma língua nacional, que fosse também língua da literatura e da escola. Factores de natureza política (no final do séc. XIV, os centros de decisão política e económica tinham sido transferidos do norte para Lisboa) ajudaram ao ascendente dos novos dialectos e ao aparecimento das superestruturas linguísticas que neles assentaram. É destas que normalmente se fala quando se faz a história de uma língua, porque se apoiam na escrita, são mais fáceis de documentar e de descrever², nobilitam-se como veículo dos produtos do espírito e como matéria-prima da educação. Mas umas e outras (língua culta e língua de analfabetos) chegaram ao fim da Idade Média com a sua formação cumprida e prontas para embarcarem na expansão ultramarina.

1.1. Anexo sobre meridionalismo

[I. Castro, "A isoglossa de Tordesillas", *Revista de Filología Románica*, Madrid, 11-12, 1994-5, 51-62; repr. em *Língua Mar. Criações e confrontos em português*, Rio de Janeiro, Funarte, 1996, 27-40]

As semelhanças do espanhol americano com o andaluz foram primeiro explicadas pela origem meridional dos colonizadores e depois pela formação de *koinês* pouco marcadas, já que os colonizadores vinham de todas as regiões de Espanha e apenas um terço deles era andaluz (Henríquez Ureña); finalmente retornou-se à hipótese andaluza, já que nos quinze primeiros anos da colonização 60 por cento dos imigrantes vinham do sul de Espanha e, nos dez anos imediatos, dois terços das mulheres imigradas eram sevilhanas, o que bastou para constituir, segundo Rafael Lapesa, um «primer estrato de sociedad colonial andaluzada», que outra coisa não seria que o «sedimento inicial» andaluz, alimentado nos séculos subsequentes por um contacto forçado com Sevilha e Cádiz, de que fala Alonso Zamora Vicente (1960: 335)³. No que respeita ao português do Brasil, a sua semelhança é indiscutivelmente maior com os dialectos meridionais de Portugal, o que motivou um itinerário interpretativo análogo ao que acabamos de ver, só que mais curto, constituído apenas pelas duas primeiras

¹ Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, *Ecos fonético-fonológicos no falar cuiabano, Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*, Cuiabá, 2005, pp. 82-89.

² Entre outras descrições, Serafim da Silva Neto, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, INL, 1952; Paul Teyssier, *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1980; Ivo Castro, *Introdução à história do português*, Lisboa, Colibri, 2006; Rosa Virgínia Mattos e Silva, *O português arcaico. Uma aproximação (Léxico, morfologia, sintaxe e fonologia)*, Lisboa, IN-CM (2007).

³ «la presencia mayoritaria de los andaluces entre los emigrantes a América, los cuales representan más del doble de los colonos de otras regiones hasta el año 1600» J. L. Ramírez Luengo, *Breve Historia del español de América*, Madrid, 2007, p. 17.

etapas: a posição prevalecente entre os autores continua a ser a de que na colónia se produziu uma nivelação dialectal com resultados semelhantes àquela que antes se produzira no sul de Portugal. Paul Teyssier é categórico: «Pesquisas mais profundas, porém, vieram mostrar que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal. O que sucedeu, de facto, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma *koiné* por eliminação de todos os traços marcados dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras não marcadas do Centro-Sul» (Teyssier 1982:78). O ponto de partida para esta posição foi dado por Serafim da Silva Neto (Neto 1957): inspirado por seu turno em Henríquez Ureña, fornece estatísticas da imigração portuguesa que, paradoxalmente, não demonstram o alegado pouco peso do contingente meridional. Veja-se: nas primeiras prisões de São Paulo, havia 48 portugueses do norte e centro, 42 do sul e 23 das ilhas da Madeira e Açores, o que dá uma clara maioria à colonização do sul. O mesmo se depreende do número de declarantes ao Santo Ofício na Bahia em 1591-92: 37 eram do sul e apenas 25 do norte. No anos seguintes, 1593-95, os declarantes em Pernambuco eram 88 do norte e 52 do sul. Também Robert Ricard dá para o séc. XVI números semelhantes: 222 colonos do norte, 171 do sul e 38 das ilhas. Perante estas escassas estatísticas, que nunca dão ao elemento português meridional (incluindo o insular) uma parcela inferior a 40 por cento na colonização do Brasil, poderá pensar-se que a hipótese meridional nunca teria sido rejeitada com base nelas, se não fosse a opinião de Henríquez Ureña. De qualquer modo, convém recordar que, precisamente na mesma época, Lindley Cintra dava uma interpretação diferente a estes factos: a generalização, na língua dos colonizadores, das características da pronúncia meridional dever-se-ia ao facto de esta ser «a que apresentava maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite» (Cintra 1958: 186-195). Esta opinião, que distingue nitidamente entre *proveniência* meridional dos traços dialectais (o que no caso português até tem verosimilhança estatística) e *imitação* colonial de um dialecto europeu de prestígio, prefigura o modo como Yakov Malkiel mais tarde destrinçaria a «ambiguidade» do termo *andalucismo* (Malkiel 1972: 37), mas não tem sido muito ponderada, a começar por Silva Neto, que no entanto a citou (Neto 1979: 608).

Refs.: CINTRA, L. F. Lindley, 1958 «Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica», *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (1956), Rio de Janeiro

LAPESA, Rafael, 1980 *Historia de la Lengua Española*, Madrid, Gredos, 8.^a ed.

MALKIEL, Yakov, 1972 *Linguistics and Philology in Spanish America*, Hague, Mouton

SILVA NETO, Serafim, 1957 *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, INL (3^o1979)

TEYSSIER, Paul, 1982 *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa

ZAMORA VICENTE, Alonso, 1960 *Dialectologia española*, Madrid, Gredos

2. A hipótese de Cardeira: o Português Médio como crise e não como suave transição

Esta hipótese constitui o núcleo da dissertação de Esperança Cardeira (Univ. Lisboa, 2000, publicada como *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, IN-CM, 2005). Escrita sob minha orientação, diz coisas como esta:

A designação "português médio" e a visão deste período como "uma longa transição entre o português medieval e o clássico" (Castro 1991: 243) podem ser enganadoras na medida em que parecem minimizar a importância deste período, levando-nos a pensar que a sua característica principal teria sido a existência de flutuação entre variantes arcaicas e modernas. Ora, o que a

presença de uma transição de fase vem mostrar é que é neste período que se definem selecções e mutações que irão conferir ao português uma determinada personalidade: é a elaboração do português do século XV que permitirá a sua gramaticalização a partir do século seguinte. Assim, o português médio, mais do que "período de transição", pode definir-se como um "período crítico", crucial na história da língua portuguesa. [Cardeira 2005: 292]

Perante isto, engoli opiniões anteriores e ajudei à caracterização do período crítico:

Um período muito curto, que não excede a primeira metade do século XV e corresponde àquela época em que, na imagem de Lindley Cintra, os filhos de D. João I já eram adultos, tinham uma influência decisiva em vários aspectos da vida do país e, sendo vários deles homens de letras, ajudaram a criar uma nova língua literária, libertada do *tecto* galego-português e emancipada da antiga língua dos Cancioneiros, em fórmula sugestiva de Cardeira. Um período em que, no espaço de uma geração, se resolvem vários processos evolutivos em simultaneidade que não pode ser casual e se transformam dramaticamente as estruturas e a aparência da língua.

A ladear este instante, a que se aplicará com propriedade a etiqueta de *Português Médio*, duas simétricas «franjas de separação»: uma coincidindo com a segunda metade do séc. XIV, durante a qual se encontravam já em movimento aquelas mudanças linguísticas, e outra franja de igual duração, esta sim assegurando uma certa forma de transição entre o português médio e o português clássico, que Cardeira caracteriza como um *patamar de estabilização*. Depois disso, virá o *Português Clássico*. [Castro 2006: 149-150]

3. *Grelha de variáveis*

[Cardeira 2005: 275-282]

Cardeira seleccionou, para a sua análise, as seguintes variáveis de natureza fonológica ou morfológica:

a. Encontros vocálicos: a sequência -eo, -ea

Da análise destes segmentos vocálicos não releva uma tendência evolutiva nítida: se o iode anti-hiático surge já representado desde o último quartel do século XIV, durante todo o século XV o seu uso não aumenta significativamente, continuando as formas cuja grafia representa o tritongo a alternar, esporadicamente, com as sequências de grafia hiática, mais numerosas.

b. Sequências nasalizadas em contexto final (convergência em -ão)

A análise das terminações nasais não mostra o momento de inversão da tendência: no conjunto, os elementos recolhidos em toda a documentação observada revelam, pelo crescimento gradual de grafias não etimológicas, que esse momento se deverá verificar no último quartel de Quatrocentos.

c. Síncope de -d- no morfema número-pessoal

Quanto ao processo que consiste na síncope de -d- intervocálico na 2.^a pessoa plural da flexão verbal, o momento de inversão da tendência ocorre precisamente na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XV.

d. Participípios em *-udo* / *-ido*

Em relação à substituição dos antigos participípios em *-udo*, o momento em que a frequência de formas com a nova terminação *-ido* se torna a mais elevada ocorre no segundo quartel do século XV.

e. Plural dos lexemas de singular em *-l*

A recolha de dados referentes ao plural dos lexemas de singular em *-al*, *-el*, *-il*, *-ol* e *-ul* forneceu elementos relevantes para o estudo de várias questões. Observámos a aplicação das regras da crase e da ditongação e a representação gráfica dos novos ditongos, mas também a substituição do singular paroxítono em *-vil* por *-vel*. Esta substituição verifica-se no primeiro quartel do século XV e fixa-se no segundo quartel do mesmo século, embora ainda se registem formas em *-vil* nos anos seguintes.

f. Sistema de possessivos

Já antes de 1350 se tinha verificado a inversão da tendência no uso de pronomes átonos / tónicos *sa* / *sua* em função adjectiva; em 1350-1375 já a forma plena *sua* atinge maior percentagem que *sa* em contexto proclítico; durante a primeira metade do século XV verifica-se a estabilização deste processo de substituição.

Esta grelha de variáveis foi aplicada a um corpus constituído por edições modernas:

- Livro da Cartuxa de Évora* (= *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*), ed. Alves Dias, 1982
- Vidas de Santos* (= *Colecção Mística de Fr. Hilário da Lourinhã*), ed. I. Castro, 1985
- Documentos Portugueses do Noroeste e da região de Lisboa*, ed. Ana M. Martins, 2001
- Livro Verde da Universidade de Coimbra*, ed. Rocha Madahil, 1940
- Documentos Históricos da Cidade de Évora*, ed. Gabriel Pereira, 1885-7
- Actas das Vereações de Loulé*, ed. Humberto Baquero Moreno, 1984
- Capítulos de Cortes*, vários eds.

E teve ainda em conta os materiais de obras como

- Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português*, 1986
- José de Azevedo Ferreira, *Foro Real*, 1987
- Rosa Virgínia Mattos e Silva, *Estruturas Trecentistas*, 1989

4. Novas averiguações

A aliciante proposta de Cardeira convida a averiguações suplementares de dois tipos:

a) são os seus dados corroborados pelo exame de fontes primárias do período que isolou, primeira metade do séc. XV?

Para responder a isto, aplicarei a grelha de Cardeira a manuscritos contemporâneos do seu corpus: os códices alcobacenses 44 e 73, da Biblioteca Nacional de Portugal, contendo ambas versões da *Regra de S. Bento* em português.

b) por outro lado, como se comporta a franja final que separa o português médio do português clássico, situada entre 1450 e 1550 (números redondos)?

Aplicarei a grelha a textos que foram impressos dentro da franja de separação e se acham disponíveis online em ed. facsimilada:

O Livro de Vita Christi, ed. Augusto Magne, 1957
Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, ed. Archer Huntington, 1904 (ex. H) e
ainda a reprodução digitalizada do Res. 111 A da BNP.

Nem todas as variáveis se prestam por igual a esta inquirição. Aquelas que se revelam mais promissoras são a evolução das terminações nasais em convergência para o ditongo *-ão* (variável b) e os resultados da síncope do *-d-* intervocálico na desinência da 2.^a pessoa plural das formas verbais (variável c).

5. *Análise dos textos*

5.1. *Regra de São Bento*

A *Regra de São Bento*, além de ter tido várias traduções para português, teve diversas cópias da mesma tradução, feitas em épocas distanciadas. Torna-se fácil detectar as modernizações linguísticas que cada copista se permitiu e, ao mesmo tempo, identificar formas ou estruturas que haviam caído em desuso. Actualmente, são conhecidos doze manuscritos portugueses da *Regra*, cinco dos quais fizeram parte da biblioteca do mosteiro cisterciense de Alcobaça. Apesar das incertezas de datação, verifica-se que o mais antigo (Alc. 14) se situa plenamente no período do português antigo; seis se situam no séc. XV, quatro no séc. XVI, além de cópias mais modernas, manuscritas e impressas.

Lisboa, BN, Alc. 14	(XIII-XIV)
Lisboa, BN, Alc. 231	(1414-1427)
Lisboa, BN, Alc. 44	(meados XV)
Lisboa, BN, Alc. 73	(meados XV)
Braga, ADBP, MSS. 132	(2. ^a metade XV)
Lisboa, IAN/TT, Livraria 513	(XV?)
Porto, BPMP, Azevedo 18	(1477, trad. Fr. João Álvares)
Lisboa, BN, Il. 70	(1495-1515)
Lisboa, BN, Alc. 223	(início XVI, cópia de Al73)
Lisboa, IAN/TT, Casa Forte 99, ex-Lorvão 32	(1565)
Lisboa, BN, Il. 209	(3. ^o quartel XVI)
Coimbra, BGUC, 636	(1780-1800)

Os dois códices mais antigos (alc. 14 e 231), bem como o Lorvão 32, foram editados por José Joaquim Nunes⁴. Usarei agora os dois seguintes, alc. 44 e alc. 73, datáveis por razões paleográficas e linguísticas da primeira metade do séc. XV, portanto contemporâneos dos materiais de Cardeira. Não é claro qual seja o mais antigo; o *Inventário dos Códices Alcobacenses* (Lisboa, 1930) reconhece em ambos letras góticas de meados do séc. XV, acrescentando que Burnam (*Paleogr. Iberica*) considera o alc. 44 de ca. 1430 (I: 45-6); mais sugere que o alc. 73 seja cópia daquele (I: 69). Estas indicações

⁴ “Evolução da Língua Portuguesa, exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece”, *Boletim da Classe de Letras (Antigo Boletim da Segunda Classe)*, vol. XIV, 1922, 222-313; vol. XV, 1922, 224-262 e 929-972; vol. XVI, 1926, 588-637.

não estão comprovadas. Nunca foram editados, nem dispõem de descrição codicológica.

Em cada ms., procedi ao levantamento de formas numa mesma secção, contínua, de cerca de 5.000 palavras, com esta incidência:

alc. 44: fol. 57 a 84v
alc. 73: fol. 33 a 53

Em cada secção, temos o trabalho de um único copista, anónimo.

5.1.1. Terminação nasal

(Castro 2006: 161)

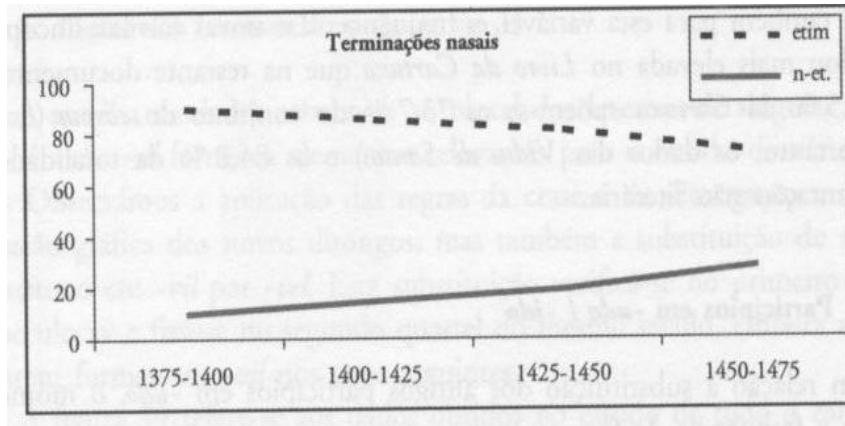
O processo decorreu em dois tempos: primeiro, produziu-se um ditongo a partir de hiatos como *mã-o* (<MANU), criados pela síncope de *-n-* intervocálico. Em seguida, este ditongo viria a ter um papel decisivo em outra das transformações deste período: a convergência, precisamente para *-ão*, de diversas terminações nasais de substantivos singulares e de verbos, que provinham de vários sufixos desinenciais latinos e que, durante o português antigo, se tinham reduzido a duas: *-ã* e *-õ*. É assim que palavras como *leõ* (<LEONE) e *cã* (<CANE) acabam a rimar com *mão*, apesar da flutuação gráfica que durante algum tempo ostentaram.

É de finais do séc. XV que Williams (1938: §157) data a uniformização completa no ditongo [-ɛw] das formas portuguesas terminadas nas vogais nasais *-ã* e *-õ* ou no hiato *ã-o*. O início desse processo de convergência, simultaneamente fonético e morfológico, localiza-o Williams no séc. XIII: a mudança terá começado pela ditongação de [-ã] final, que aparece já nos cancioneiros trovadorescos a rimar com *-ão*: *foã* (do árabe *folan*) e *en vão* podem rimar. Cintra (1963: 75-77) prefere datar o fenómeno do séc. XIV, e arrisca para ele uma origem meridional. Ver uma descrição actualizada do problema em Mattos e Silva 2008: II, 518-535.

As minhas simpatias vão para a explicação de Williams, segundo o qual o mecanismo consistiu numa atracção analógica exercida pela forma verbal *vão* (<VADŪNT) sobre as formas verbais que apresentavam *-ã* e *-õ* em posição final (*dam, estam, som*). Assim terá sido dado o primeiro passo no caminho da uniformização analógica que, em seguida, passou a abranger igualmente as terminações de formas nominais: *cã* > *cão*, *visõ* > *visão*. Vejamos o quadro geral:

latim		port. antigo		port. médio
tam	-AM	-ã	tã	-ãw
dant	-ANT		dã	
pane	-ANE		pã	
sum	-UM	-õ	sõ	
sunt	-UNT		sõ	
oratione	-ONE		oraçõ	
multitudine	-UDINE		multidõe > multidõ	
veranu	-ANU	-ã-o	verão	
vadunt	-ADUNT		vão	

A tendência para a convergência manifesta-se na progressiva adopção de grafias não-etimológicas durante a 1.ª metade do séc. XV, como mostra um gráfico de Carneira (2005: 277):



Significa isto que, até meados do século, era de esperar que as grafias da terminação nasal apresentassem ainda claras distinções resultantes da etimologia. Os dados obtidos na *Regra* são conformes com isso:

- a) ambos os copistas representam a terminação nasal de modo semelhante ao que acontecia no português antigo; assim,
 - derivados de -ONE são grafados em -õ/-on (*congregaçõ, conversaçõ, razon/razõ, liçõ*)
 - derivados de -UDINE são grafados em -õoe (*mansidõoe*) ou, dando um passo para a convergência, em -õ (*gratidon*)
 - derivados de -ON são grafados em -õ/-on (*non / nõ*)
 - derivados de -ANE são grafados em -ã/-am (*pam*)
 - derivados de -ANT são grafados do mesmo modo (*sejam/seiã, recebam, dormã, iaçam*)

Este é o aspecto principal a tomar como conclusão: tal como indicavam as edições usadas por Carneira, também dois mss. da mesma época revelam que a convergência das terminações nasais estava em curso, mas longe do termo. Entretanto, algumas particularidades merecem nota nos mss.:

- b) os derivados de -ANU são raros, mas oferecem alguma variedade maior: o copista do alc. 44 grafa *anciaaos*, com omissão de til, enquanto o copista de alc. 73 tem a forma correspondente completa *anciãaos*, mas também o arcaísmo *anciaanos*, com um grafema <n> não consonântico, mas valendo por marca de nasal, como se fazia no séc. XIII;
- c) o verbo *ir* na 3ª p do presente indicativo (<VADUNT) aparece no alc. 44 com as formas *vaao, vaan* e *vaam* e no alc. 73 com *vaao* e *vãa*. O grafema <o> será relíquia da vogal final do verbo e representará já a semivogal do ditongo -ão?
- d) finalmente, registam-se alguns raros casos de grafia não-etimológica, que constituem uma vanguarda da mudança que mais tarde se generalizaria:
 - ao lado dos futuros *receberam, seram, avondarám*, todos fiéis ao seu étimo -ANT (<HANT<HABENT), e todos registados no alc. 73, encontram-se no alc. 44 as formas *receberom, seerõ, avondarom*, em que parece ver-se o início da indistinção entre as diversas terminações nasais, começando por afectar as tónicas;

- como que para afirmar que essa indistinção não afectava apenas futuros verbais, nem era privativa do copista do alc. 44, o seu colega do alc. 73 escreve *escomunhã* em contraste com a forma etimológica *escomunhom*, do alc. 44.

5.1.2. Síncope de -d-

Sobre este fenómeno, um desenvolvimento virá adiante (5.3.4). Note-se apenas que esta síncope não se manifesta nos mss. da *Regra de São Bento*, o que condiciona, sem contrariar, a asserção de Cardeira: «Quanto ao processo que consiste na síncope de -d- intervocálico na 2.^a pessoa plural da flexão verbal, o momento de inversão da tendência ocorre precisamente na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XV» (2005: 277).

As poucas formas verbais da 2p aparecem nos dois mss. sempre com presença da consoante intervocálica: *viades, tomavades, leixavades, lançavades, deitade*.

5.1.3. Outros fenómenos

A mesma impressão de conservadorismo se obtém a partir de outros fenómenos que constituem variáveis estudadas por Cardeira; talvez mais apropriado seja dizer «a ausência desses fenómenos», pois ainda continuam os participios passados em *-udo* e os encontros vocálicos em *-eo, -ea*, nunca exibem sinal do iode que resolveria o seu hiato.

5.2. *Livro de Vita Christi*

Este texto, atribuído a Ludolfo de Saxónia (séc. XIV), foi traduzido para português em 1446 no mosteiro de Alcobaça, o que situa a sua produção muito perto dos textos da *Regra de S. Bento* antes estudados. Em 1495, essa tradução foi impressa em Lisboa por dois tipógrafos alemães, Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes de Morávia, em incunábulo de grande perfeição.

As circunstâncias da tradução e da impressão tiveram influência nas características da língua do texto. Foi examinada uma secção de cerca de 5.000 palavras, correspondente às páginas iniciais do livro, desde fol. 2r até 6v.

5.2.1. Terminação nasal

O resultado é, à primeira vista, surpreendente: a grande maioria das terminações nasais varia de acordo com a sua etimologia, de modo semelhante ao que observámos na *Regra de S. Bento* e que foi considerado típico da 1.^a metade do séc. XV. A convergência das grafias no ditongo nasal *-ão* ainda não se acha concretizada neste texto, apesar da sua data relativamente adiantada.

As formas verbais de -ANT são grafadas em *-ã* ou *-am*, e as de -UNT em *-õ*, os substantivos de -ONE terminam em *-om*, e assim por diante.

O quadro completo das formas, por ordem alfabética, é o seguinte:

Terminações nasais (alfab.)

achã		5r	
acharõ pp		4r	
acontecerã fut		6r	
acontecerõ pp		6r	
acorrerã fut		6r	
amã		4v	
ampleaçom		2v	
andavã		4r	
apresentaçom		3v	
arremedã		5v	
ascençom		3v	
atribulaçõ		4r	
aumentaçam		2v	<ONE
avanavã		6v	
avorreecerã fut		4r	
avorreeciã		5v	
cantarom fut		2r	<ANT
chaão	2	4r, 6v	
chegã	2	4r	
chegavã		6v	
circuncisõ		4r	
circuncisom		3v	
cobriã		6v	
compaixõ		4r	
compaixom		6v	
concepçõ		4r	
confessom		3v	
confissom		3v	
confusõ		5r	
conhocerom		5v	
consolaçõ		4v	
consolaçom		3v	
contã		6r	
contam		2v	
contemplaçõ	2	4r	
contriçom		3v	
conversaçõ		4v	
conversaçom	2	3v, 6v	
coraçõ	11	4rv, 5rv, 6r	
coraçom	4	2r, 3v, 5r, 6v	
correcçom		3r	
culpã		5v	

delectaçom		3r	
demostrã		4v	
demostram		2v	
desejam		4r	
desejavã		5v	
devoçõ	2	4r, 5r	
devoçom	3	3v, 6v	
diziã		5v	
duram		5v	
empressom		6r	
encarnaçom		3v	
encorruptõ		4v	
enfadam		5r	
enjeitam		3r	
entõ		5r, 6r	
erã		6v	
façam		6r	
faríã		5r	
feição		6r	
forõ	3	5r, 5v	
forum		5v	
galardam		2v	<OM
gançarõ		5v	
guardã	2	4r	
ham		6v	
imaginaçõ		6r	
imitaçom	2	2r	<ONE
imperfeição		6v	
inclinaçom		2v	<ONE
imaginaçõ		5r	
magnificã		2r	
mansidõ		5r	
meditaçõ	2	5v, 6r	
meditaçom		3v, 5r	
mençam		2v	<ONE
multidõ		4v	
naçom		2v	<ONE
navegaçom		2v	<ONE
nõ		2r	
nom	5	2r, 3v, etc.	
obrigaçõ		2v	
oraçom		6v	

paixõ	2	5r, 5v	
paixom		3v	
pensam		5r	
pensavã		5v	
perdõ		5v	
perfeiçõ	4	4v, 5r, 6r	
perseveravã		4r	
petiçam		3r	<ONE
poderiam		6v	
podridom		5v	
ponhã		4r	
prepoõe		6r	
prezam		3r	
provocã		2v	
publicaçam		2v	<ONE
quã	2	2v, 6r, etc.	
quam		6v	
queirõ		3r	<ANT
razõ	6	4r, 4v, 6r	
receberã fut		2r	
recriarã fut		6r	
refeiçõ		3v	
remissom		3v	

repreensom		3r	
ressurreccõ		2r	
ressurreiçom		3v	
retribuiçã		4r	<ONE
salvaçam	2	2v	<ONE
salvaçom		2v	
sam 3p	4	2v,3r,4v,6r	<UNT
scondã		4r	
sejã	3	4r	
sõ 3p		4v	
som 1s	2	4v	<UM
som 3p	16	2rv,4v,5v,6rv	
soõ 1s	2	4v, 6v	<UM
soportã		4v	
tam	2	2v, 3r	
temptaçõ		4r	
teverõ		5r	
tomã		5v	
usam		4r	
vaão, em		5v	
vermelhidom		6v	
visam		3r	< ONE

Assim como ressalta a conformidade etimológica da maioria destas formas, salta também à vista um pequeno número de formas anómalas:

- imitaçam, aumentaçam, inclinaçam, mençam, naçam, navegaçam, publicaçam, salvaçam, petiçam, visam* todas derivam de substantivos latinos em *-ONE* e deveriam, dentro do conservadorismo geral do texto, estar grafadas com *-om*. Junta-se-lhes o substantivo de origem germânica *galardam*, que habitualmente remata também em *-om*;
- duas formas verbais (o fut. *cantarom* e o subj. *queirõ*) não seguem a sua terminação etimológica, *-ANT*.
- finalmente, a 3p de *ser* (<SUNT) é representada uma vez por *sõ* e quatro vezes, anomalmente, por *sam*.

Pode dizer-se que este é o pequeno pelotão de formas em variação, que precede a fase de convergência da terminação nasal, tal como na *Regra* também encontrámos um certo número de formas extravagantes. Ficar por aí, no entanto, é perder o melhor da história.

Basta reordenar os dados, trocando a ordem alfabética pela sua distribuição efectiva nas páginas do livro, para se alcançar uma perspectiva de explicação que fala por si.

Distribuição das formas

cantaram fut		2r	ANT
imitaçam	2	2r	ONE
magnificã		2r	
nõ		2r	
receberã fut		2r	
ressurreçõ		2r	
coraçom	4	2r, 3v, 5r, 6v	
nom	5	2r, 3v, etc.	
som 3p	16	2r,2v,etc.	
ampleaçom		2v	
aumentaçam		2v	ONE
contam		2v	
demostram		2v	
galardam		2v	OM
inclinaçam		2v	ONE
mençam		2v	ONE
naçam		2v	ONE
navegaçam		2v	ONE
obrigaçõ		2v	
provocã		2v	
publicaçam		2v	ONE
salvaçam	2	2v	ONE
salvaçom		2v	
tam	2	2v, 3r	
quã	2	2v, 6r, etc.	
sam 3p	4	2v,3r,4v,6r	UNT
correçom		3r	
delectaçom		3r	
enjeitam		3r	
petiçam		3r	ONE
prezam		3r	
queirõ		3r	ANT
repreensom		3r	
visam		3r	ONE
apresentaçom		3v	
ascençom		3v	
circuncisom		3v	
confessom		3v	
confissom		3v	
consolaçom		3v	
contriçom		3v	
encarnaçom		3v	

paixom		3v	
refeiçõ		3v	
remissom		3v	
ressurreiçom		3v	
meditaçom		3v, 5r	
conversaçom	2	3v, 6v	
devoçom	3	3v, 6v	
acharõ pp		4r	
andavã		4r	
atribulaçõ		4r	
avorreçerã fut		4r	
chegã	2	4r	
circuncisõ		4r	
compaixõ		4r	
concepçõ		4r	
contemplaçõ	2	4r	
desejam		4r	
guardã	2	4r	
perseveravã		4r	
ponhã		4r	
retribuiçã		4r	ONE
scondã		4r	
etc.			

O que este quadro nos diz, revelando a distribuição espacial das grafias, é o seguinte: com a única excepção de *retribuiçã*, que se encontra no fol. 4r, todas as outras formas não-etimológicas se agrupam nas três primeiras páginas, que contêm a *Proemial epístola dirigida pelos imprimedores* ao rei de Portugal. São formas inteiramente do seu tempo, escritas por dois estrangeiros que aprenderam português em idade adulta e em finais do século, um português mais moderno que o da tradução alcobacense que, com fidelidade, reproduziram nas páginas seguintes.

5.2.2. Síncope de -d-

Os resultados são os esperados para a época: quase todas as formas verbais da 2p apresentam síncope de -d- intervocálico e isso acontece mais no texto da tradução que no proémio dos impressores:

2a	magnificaes
3v	trabalhaaes sooes acharees
4r	gostade veede
4v	sabees colhee enxertay penduraae
5r	tragaaes tragees soportares 2p duvidaaes conhocees

A clara inferência é que os monges de Alcobaça que traduziram a *Vita Christi*, e se revelaram surdos à mudança das nasais finais, estavam mais sensibilizados para o fenómeno da perda da intervocálica nos verbos, sempre que se tratava de tratar alguém respeitosamente por *vós*. Vale a pena explorar esta janela voltada para a pragmática, assim como, evidentemente, se impõe estender a outras áreas do texto a exploração aqui concentrada no seu início.

5.3. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*

Colecção da poesia produzida na corte portuguesa, este cancionero foi impresso por Hermão de Campos, outro tipógrafo alemão, em Almeirim e Lisboa em 1516.

Garcia de Resende (1470-1536) foi secretário do rei D. Manuel I e compilou o CG, com obras de cerca de 300 autores da segunda metade do s. XV e início do XVI. Os materiais em exame foram recolhidos nos primeiros fólios do livro e pertencem ao longo poema colectivo *O Cuidar e Suspirar*, composto em 1483, portanto no último quartel do XV.

5.3.1. *Uma edição com dois estados e dois compositores*

(I. Castro e Helena Marques Dias, "A edição de 1516 do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, n.º 1, 1976-7, 93-125)

Antes de tratar da linguagem do poema, há que olhar para o curioso problema de história tipográfica que o CG constitui. De facto, parte do texto da compilação foi composto por duas vezes, em momentos diferentes e por dois compositores tipográficos diferentes, que se podem distinguir pelos seus hábitos de escrita, tal como se podem distinguir pelos seus estilos tipográficos, uma vez que a distribuição das variantes ortográficas coincide com a das variantes tipográficas. Chamo-lhes **Compositor A** e **Compositor B**.

É possível fazer a identificação e localização de um certo número de «hábitos ortográficos individuais», que ocorrem em situação de alternativa no texto do CG. Não se trata de comportamentos rígidos e invariáveis, mas antes de tendências mais marcadas em um dos compositores para preferir uma grafia, enquanto o outro compositor prefere outra grafia; é possível discernir dois feixes de tendências suficientemente permanentes e opostos para identificar os dois compositores. Apresentamos algumas dessas tendências:

a) *y / i*

Esta variante ilustra particularmente bem em que consistem a *tendência de compositor*. No fol. 1, o Compositor A usa *y* 20 vezes e *i* 10 vezes; inversamente, o Compositor B usa *y* 10 vezes e *i* 20 vezes. No fol. 2, o Compositor A usa 19 contra 12; no fol. 3, usa 21 contra 5 vezes, e assim por diante. O Compositor B usa as grafias na proporção inversa.

A	B
sospyrar	sospirar
mynha	minha
seguyr	seguir
gemydos	gemidos

b) *vogal + e / vogal + y*

A	B
synaes	synays
cuydaes	cuydays
procuraes	procurays
fazees	fazeys
sabees	sabeys

c) *m + consoante / n + consoante*

A	B
damdo	dando
numca	nunca
temção	tenção
samgue	sangue
comforto	conforto
comquysta	conquysta
pomto	ponto
em veja	enueja
com vertidas	conuertidas

d) *-s- / -ss-*

O compositor A usa de preferência *-s-* simples para representar a fricativa surda em

posição inicial, média depois de consoante, ou intervocálica, enquanto B prefere -ss-.

1. posição inicial:

A	B
sy	ssy
soster	ssoster
sey	ssey

2. posição medial, depois de consoante:

A	B
pensamento	pensamennto
falso	falsso
descansa	descanssa
afonso	afonssso
mostrar-se	mostrarsse

3. posição intervocálica:

A	B
voso	vosso
çesar	çessar
pasadas	passadas
quisese	quisesse
espesas	espessuras

e) -ll- / -l-

A	B
quall	qual
fallar	falar
llatym	latym
gill	gil

f) g + aeio / gu + aeio

A	B
logo	loguo
fadiga	fadigua
dagyar	daguyar
castygem	castiguem
pagar	paguar

g) -uũ / -ũ

A	B
huũ	hũ
alguũ	algũ
huũ	vn

h) O castelhano é mais correcto no Compositor B do que no A:

A	B
mataram	mataran
halhara	hallara
sempre	siempre
danhos	daños
atee	hasta
lhorar	llorar

i) O Compositor B recorre mais a grafias cultas (*ct, th, ch, ph, pt*) do que A:

A	B
santa	sancta

catolico cristão
escrita
tesyfone

catholico christão
escripta
tesyphone

Identificam-se, nos dois estados variantes do CG, dois nítidos feixes de tendências ortográficas que, coincidindo com os estilos de composição tipográfica, permitem afirmar que cada estado foi composto por um indivíduo diferente. Assim conclui-se: o CG foi composto por dois compositores que trabalharam em momentos diferentes, um deles repetindo obviamente o trabalho do outro, que provavelmente não conhecia. Os dois estados oferecem assim duas versões de um mesmo original, versões que variam entre si tipográfica, ortográfica e textualmente.

É altura, agora, de averiguar como cada compositor se posiciona em relação às variáveis de Cardeira. Uma observação imediata é a de que os compositores não parecem diferenciar-se em relação a elas com o mesmo grau de variação (não sistemática, mas tendencial) que acima vimos separá-los.

Foi examinada uma secção contínua de texto com cerca de 5.000 palavras, quase no início do livro (processo *O Cuidar e Sospirar*). Foram usados dois exemplares que, na secção em causa, sempre se acham em variação: o exemplar H (de Huntington) contém a produção do compositor A desde o fol. 1 até ao fol. 5 inclusive, opondo-se-lhe o Res. 111 A da BN de Lisboa, que dá texto do compositor B nos fols. 2 a 5. A colação incide apenas sobre parte desta secção; fols. 2, 3 e 4, ou seja, seis páginas de três colunas cada.

5.3.2. *Terminação nasal*

Com excepção de alguns casos de falta de til, certamente de origem oficial, e de algumas oscilações *-ã/-am*, os dois compositores reagem do mesmo modo ao grafarem as terminações nasais.

E esse modo contrasta fortemente com os procedimentos escribais até aqui examinados, dando finalmente razão às previsões de Cardeira. Se retomássemos o seu gráfico, veríamos que, entre a data de composição do poema (1483) e a impressão do CG (1516), as duas linhas que convergiam se cruzaram, sobrepondo-se a tendência para grafias não-etimológicas e esbatendo-se a tradicional memória etimológica. Abundam terminações dissociadas da história:

- formas verbais derivadas de -ANT terminam em *-ão* (*começão*)
- substantivos derivados de -ONE terminam em *-ã/-am* (*perdiçam, paixam, decraraçam, tabaliam, protestaçam*)
- ou terminam em *-ão* (*rezão, melão, questão*)
- substantivos derivados de -ANU terminam igualmente em *-am* (*escrivam*), enquanto outros conservam *-ão* (*irmão, serão, mão*)
- formas recentemente terminadas em *-õ* passam a grafar-se com *-ã/-am*; isso acontece sistematicamente com *nã* (<nõ), que tem 10 ocorrências; mas também com *morreram* (<UNT), com *sam*, tanto 1s (<SUM) como 3p (<SUNT).

De modo geral, desapareceu a terminação nasal em *-õ* e dominam o par *-ã/-am* e, mais ainda, *-ão*, ou seja as grafias que a ortografia moderna mantém. Mas estamos ainda longe da estabilidade normativa que apenas em meados do séc. XVI começaria a ser preocupação frustrada de gramáticos, pouco interessando a quem escrevia profissionalmente: os compositores das duas edições de 1572 dos *Lusíadas* divergem principalmente na preferência de um por *-am* e do outro por *-ão*.

A			B	
começão		2b		
coraçã		2a		
coraçam	4	2e,3a,3f,4a		
dam 3p	2	2e,3f		
davam		4a		
decraraçam		3a		
dir vos am		2b		
diriam		2a		
dobram		4e		
entam	4	2a,2b,2c,4c		
enviam		3f		
erã		3a		
escrivam		3a		
fiam	2	3f,4d		
grã		3a		
gram	2	3c,3f		
haveram fut		4f		
irmão	4	2b,3f,4c,4d		
mão	4	2d,2e,4a,4c		
melão		4a		
morreram		2a		
mostravam		4a		
nã	10	2bcdef,3ce,4cd		
na A	2	2d, 4b	nã B	
nam	57	2a, etc		
paixam	5	2ad,3a,4bd		
pam		4a		
perderam		2a		
perdiçam	2	3cf		
pitisam		3a		
protestaçã A		3a	protestaçam B	
questão	2	2de		
repricaçã		3e		
rezão	2	2a, 3c		
sam 3p	7	3c, etc		
sam 1s	4	2cd,3f,4e		
são 3p		3e		
sao A		3c	são B	

serão subs		4d		
sospiravam		4a		
tã A		3f	tam B	
tabaliam		3a		
tam	9	2c, etc.		
am A		3c	tã B	
tenham		3e		

5.3.3. Síncope de -d- [Castro 2006: 155-158]

Para Evanildo Bechara (1991: 70), «o fenómeno balizador por excelência» na periodização do português médio é a síncope do -d- intervocálico na desinência da 2ª dos verbos (*estades > esta-es, vendedes > vende-es*), seguida da resolução do encontro vocálico assim criado, geralmente por meio de uma ditongação (*esta-es > estais, vende-es > vendeis*), embora uma outra solução (*vendês*), resultante da crase das duas vogais, tenha sido experimentada durante algum tempo e pareça subsistir a nível dialectal. Esta síncope não é um fenómeno geral, mas condicionado morfológicamente, pois não ocorre em outros contextos (como, por ex., substantivos como *vontade* ou os participios passados terminados em *-ado, -ido, -udo*). O seu índice de recorrência era muito elevado nas situações de interacção verbal quotidiana, assim como na oratória e na epistolografia, desse modo compensando uma fraca implantação estrutural. Por outro lado, esta síncope de -d- intervocálico permite ver a evolução em movimento, como o mostra Edwin Williams (1938: §155), que descreve assim o processo:

Havia um *t* intervocálico na terminação da segunda pessoa do plural de todos os tempos do latim clássico na voz ativa, salvo no pretérito perfeito. Esse *t* se tornou e permaneceu *d* por vários séculos no português arcaico, e. g., *amābātis > amávades*. No futuro do subjuntivo e no infinitivo pessoal, deixou de ser intervocálico, pela queda da vogal postônica da penúltima sílaba, e continua sobrevivendo, e. g., *fēcēritis > fizerdes* [...]. Nos outros oito tempos, caiu, e. g., port. arc. *amávades > amáveis*. [...]

Os exemplos datados disponíveis tornam possível determinar aproximativamente bem o período crítico em que o *d* das terminações da segunda pessoa do plural desapareceu:

Ano	Exemplos
1405	fazernosedes, creades, sabedes, dessedes
1411	busquedes, dedes, guardade
1416	trabalhades, stades
1418	leixedes
1434	dees, consentaaes
1436	dizeis, leixaseis

Não considerando formas com *d* em expressões estereotipadas [...] encontradas comumente até o fim do século XV, pareceria que o *d* caiu entre os dezesseis anos compreendidos de 1418 a 1434.

São sempre de reear as datações muito nítidas, quando suportadas por escassos documentos. O próprio Williams reconhece que Leite de Vasconcellos (1928: 307-311) já tinha encontrado em 1410 a forma sincopada *tenhaes* (< *tenhades*) em documento do

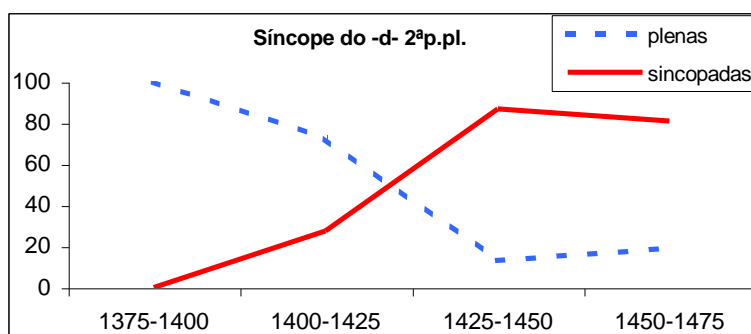
Alentejo (Évora), ainda em coabitação com formas plenas conservadas como *compreδες*, *façades*, o que poderá ser sinal de que nessa província meridional, fonte de inovações linguísticas, a síncope de *-d-* corria na língua oral e provocava flutuações na língua escrita um pouco antes do período crítico estabelecido por Williams. E Esperança Cardeira (2005: 178) antecipa ainda mais as primeiras ocorrências do fenómeno: entre os documentos de 1405 examinados por Williams, encontra as formas sincopadas *façayes* (< *façades*) e *ajaes* (< *ajades*). Também encontra, isoladamente, formas sincopadas no séc. XIV: 1361 *ponhaaes* (< *ponhades*), *ereis* (< *erades*), 1355 *cumpraaes* (< *cumprades*) e *façaaes*. Maria José de Carvalho (1996: 35-43, cit. por Cardeira) detecta alguns outros exemplos do mesmo século e um ainda mais antigo: 1295 *deuees* (< *devedes*), em documento de D. Dinis. Estes dados levam Cardeira a rever da seguinte forma a cronologia proposta por Williams:

a aplicação da regra do apagamento de *-d-* intervocálico na 2.^a pessoa plural na documentação analisada regista-se, embora esporadicamente, ainda na segunda metade do século XIV. É possível, contudo, encontrar exemplos isolados de formas sincopadas logo nos finais do século XIII, princípios do XIV. Entre 1410 e 1430 a percentagem de formas sincopadas aumenta e passa a suplantiar a de formas plenas. Nos anos seguintes, embora ainda se registem formas plenas, elas tornar-se-ão cada vez mais raras (Cardeira 2005: 200-201)

Uma manifestação muito interessante desta substituição das formas plenas pelas formas sincopadas foi descortinada por Leite de Vasconcellos (*ibidem*) no *Leal Conselheiro*, composto, como se sabe, entre 1428 e 1438: D. Duarte usa geralmente as formas sincopadas (*filhay*, *dizee*, *fazees*, *queiraes*), excepto quando transcreve com escrúpulos de fidelidade textos mais antigos, onde mantém verbos como *fazede*, *convertede*, *arredade*. Se no português culto, da corte (e dos monges de Alcobaça), a síncope era já suficientemente forte antes de 1438 para invadir a escrita literária natural do rei, nos dialectos do norte demorou bem mais a implantar-se e, como sabemos, até à actualidade não o conseguiu completamente: um escrivão minhoto, em 1448, ainda escrevia *ajades*, *possades*, *fazede*, só em 1457 dando sinais de ceder aos tempos, com a grafia *ffazerees*. É possível que esta resistência dos dialectos setentrionais (minhotos e beirões) se tenha mantido por mais tempo, cavando assim mais um fosso de separação face ao padrão que se encontrava em vias de elaboração no sul. Quando Gil Vicente colocou na boca de comadres e de velhos formas como *estade*, *embarcade*, *amanhade* (Vasconcelos 1928: 326), a par de outros tipos de arcaísmo, estava certamente a identificar e a caracterizar, por via linguística, uma realidade humana cada vez mais afastada dos usos linguísticos da capital. É possível, ou provável, que nenhum actor trabalhando para Gil Vicente possuísse no seu idiolecto formas verbais com *-d-*: elas faziam parte da sua transformação cénica. É igualmente possível que no público ninguém, ou quase, conservasse aquela consoante em vigência entre os seus hábitos de pronúncia. O que este caso significa é que todos – dramaturgo, actor e público – tinham abolido da sua competência linguística activa aquele *-d-*, embora o reconhecessem como um arcaísmo. Arcaísmo em relação a alguns dialectos, mas não a todos: um jovem estudante de Moimenta da Beira, no norte de Portugal, foi ouvido há pouco tempo a usar a forma verbal *passaides*. Esta forma é uma contaminação de *passais* (2.^a p. plural) com o antigo *passades*, que a alguém terá ouvido no ambiente muito conservador em que vive.

Podemos reconhecer, na cronologia medieval deste fenómeno, uma sugestão da periodização proposta por Esperança Cardeira: a manifestação esporádica da síncope

em documentos do séc. XIV corresponde a uma franja de separação, durante a qual a língua se afasta (por elaboração) do português antigo; a crise ocorre depois de 1430, quando as formas sincopadas começam a revelar-se na documentação escrita mais numerosas que as formas plenas (sintoma de que na língua oral o mesmo tinha ocorrido algum tempo antes); o apagamento das formas plenas, e a sua passagem a estereótipo, decorre durante a segunda franja de separação, que abre caminho ao português clássico.



Tudo isto é compatível com os dados recolhidos nos fols. 2-4 do CG. O facto mais notável é a absoluta ausência de formas verbais plenas, dando por encerrada a fase de síncope do *-d-* (e atribuindo um suplemento de picante ao seu reaparecimento literário no teatro de Gil Vicente). Outro facto é a assídua divergência entre os compositores na preferência por *-aes* (caso de A) e por *-ays* (caso de B), indiciando maior conservadorismo em A (é de admitir um breve momento de hiato entre a síncope e a iotização da segunda vogal). Mas importa reter o qualificativo 'assídua', pois nenhum compositor enjeita a solução preferida do outro. Por outro lado, perdura nos resultados de *-edes* a hesitação entre dois remédios anti-hiáticos: ou a ditongação *-ees > -eis*, ou a monotongação *-ees > -es* (tónico). Suponho que o facto de em Portugal a oposição [ey / e] ter assumido valor socio-dialectal, sendo o ditongo caracterizador da pronúncia da capital e o monotongo um dialectalismo do sul, tenha sido preponderante na escolha do primeiro para a norma escrita. Mas a rima *prasmey's : mereces* mostra que a distinção entre as duas soluções não era muito importante para os poetas do CG, e até dela tiravam partido na versificação.

A			B	
abry 2p		3b		
acha los es 2p		2e		
achares 2p	2	2f,3d		
alegaes		3d		
alegays		2f		
apodes 2p		2b		
assentes 2p		3a		
aves 2p	3	2bd		
calentaes A		2e	calentays B	
compraes A		2e	comprays B	
crieys		4c		
cuidaes A	2	3df	cuidays B	
cuidaes A		4c		

daes A	2	2e,3a	days B
daes A		4f	
dares 2p		3a	
dirieys		2a	
dizes 2p	3	3de,4a	
dizeys A		4d	dezeys B
enganares 2p		3d	
entray		4d	
escrevaes A		3b	escrevays B
escusareys		4a	
falaes A	2	2f,3c	falays B
falaes A		3e	fales B
falaes A		3f	
far lh es 2p		3d	
fazes 2p		2e	
ficaes		4c	
fiees A		4d	fieys B
foreys		4a	
fosseys		3f	
leixae		4d	
lembraes		3f	
lembreys		4a	
mandaes A		2e	mandays B
mateys		4d	
mereces 2p		3d	rima: prasmeys
naces 2p		3d	
poderes 2p	2	4c	
prasmeys		3c	
queiraes A		3b	queirays B
quere 2p		3e	rima: ve
queres 2p	2	2c,4d	
quisereys		4a	
rerieys		3f	
sabeis		2b	
sabereys		4d	
sabes 2p		2e,3f,4a	
sabeys		4d	
saibaes A		3f	sabaes B
sede		2b	
soes	3	3acf	
soes A		3c	soys B
soões A		4c	soes B
sospiraes		4a	
tires 2p		2c	
valentays		2b	
vejaes		3b	
vencereis		4c	
vendes A		2e	vendeys B
viesseys		3c	

5.4. Gil Vicente, *Barca do Inferno*

5.4.1. *A língua de Gil Vicente balança entre o português médio e o português clássico* [Castro 2006: 186-7]

Para efeitos de periodização, podemos assumir que o português clássico começou quando morreram os últimos falantes que diziam *olhade*, *queredes* ou *cobride*. E estes morreram com Gil Vicente. Como mostrou Paul Teyssier (Teyssier 2005: 215ss.), as personagens femininas e idosas de Gil Vicente (as *comadres*, ou seja «matronas, velhas, regateiras e mulheres do povo», na maioria cidadinas) ainda usavam formas verbais com *-d-*. No *Auto da Índia*, estreado em 1509, a ama diz: «*Olhade* a mal estreada!» (1-4), exemplo que se multiplica com sistematicidade nos autos vicentinos. Na época, o *-d-* intervocálico da segunda pessoa do plural tinha já desaparecido, não se dizia mais *olhade* e sim *olhai* (escrito geralmente *olhae*), como hoje. Tinha desaparecido da língua comum, mas não da boca de certos tipos populares, nem estava completamente esquecido pela sociedade da época, que ainda era capaz de reconhecer esse arcaísmo de pronúncia e de o interpretar diastraticamente, facto que o dramaturgo aproveita para a caracterização das suas personagens. A língua literária, especialmente a língua do teatro, é uma das normas que mais facilmente podem preservar fósseis linguísticos com uma certa semelhança de vida (tirando partido do artificialismo da ressuscitação para efeitos estéticos).

Mas este efeito literário só funcionaria durante o primeiro quartel do séc. XVI. A sua eficácia perde-se, com a capacidade de o reconhecer, depois disso, como argutamente nota Teyssier:

O *d* característico está rigorosamente ausente de toda a restante Escola Vicentina, onde, todavia, não faltam as *comadres*. Elas estão presentes em todas as peças, desde Baltasar Dias até António Prestes. Estes escritores tinham centenas de ocasiões para empregar o “*d* das *comadres*”. Se o não fazem, é porque escrevem numa época em que esse *d* já desapareceu completamente da língua falada, com a última geração de mulheres do povo que o tinham aprendido no século anterior. (Teyssier 2005: 233)

Um outro traço pode ser invocado para ilustrar o estado da língua em Portugal no início do séc. XVI: a variação entre formas antigas e modernas para a 1.^a pessoa singular do indicativo presente do verbo *ser*. Também aqui vemos como a língua medieval cede o lugar a formas mais modernas, nos finais da faixa de transição que encerra o português médio. Recordemos o processo: a forma latina SŪM resultou normalmente no português antigo *som*, o qual foi afectado pela concentração das terminações nasais em [ãw] e passou a ser grafado como *são* e como *sam*, ambas as grafias correspondendo ao ditongo nasal. Todas estas formas enfermavam de um problema, que não existira na flexão latina: colidiam homonimicamente com a 3.^a pessoa do plural, derivada de SŪNT. Daí a necessidade de encontrar alternativas, através de formas análogicas: *sou* (por influência de *estou*) e *sejo* (de *seja*). Finalmente, temos uma forma grafada *so* ou *soo*, resultante da desnasalação de *som* ou, mais provavelmente, representando a pronúncia meridional, monotongada, de *sou*; em qualquer dos casos, esperar-se-ia que esta vogal fosse fechada («pequena»), mas aparece em rima com *avoo* e só no *Auto da Feira* (Teyssier 2005: 96).

Sabemos no que deu esta abundância de hipóteses: a escolha de *sou* ficou feita ainda durante o séc. XVI, mas algumas das outras formas não desapareceram até hoje dos dialectos do norte e estão presentes mesmo em ambiente urbano (Porto, Braga).

Interessa-nos, aqui, observar como se distribuían as várias hipóteses no início do séc. XVI, recorrendo mais uma vez às personagens de Gil Vicente (Teysier 2005: *ibid.*):

<i>são</i> (<i>sam</i>) é usado	114 vezes
<i>sou</i>	62 vezes
<i>so</i> (<i>soo</i>)	3 vezes
<i>som</i>	9 vezes
<i>sejo</i>	uma só vez

Interessante que todas estas formas sejam usadas por personagens de todas as classes sociais, com excepção de *sejo*, que o é por um lavrador. Assiste-se assim, de uma forma generalizada, ao declínio da forma antiga (*som*) e ao predomínio da forma média (*são*), em disputa com a forma moderna (*sou*).

Enquanto as personagens de Gil Vicente assim falavam (e assim falaria o seu público), nascia e aprendia a falar Fernão de Oliveira, que em 1536 contava nos seguintes termos as suas experiências traumáticas com a flexão de *ser*:

E mais o verbo sustantivo, o qual uns pronunciam em *om*, como *som*, e outros em *ou*, como *sou*, e outros em *ão*, como *são*, e também outros que eu mais favoreço em *o* pequeno, como *so*. No parecer da primeira pronúncia, *o* e *m*, que diz *som*, é o mui nobre Joam de Barros, e a razão que dá por si é esta: que de *som* mais perto vem a formaçam de seu plural, o qual diz *somos*. Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em São Domingos d'Évora, onde fazião zombaria de mim os da terra porque o eu assi pronunciava segundo que o aprendera na Beira. (Oliveira, cap. XLVII; transcrição modernizada)

Por aqui ficamos a saber que Oliveira, nascido perto de Aveiro, portanto em zona de dialectos setentrionais, aprendeu a usar *som* e que foi a pressão exercida pelos seus colegas de estudo em Évora, zona de dialectos meridionais, que o persuadiu a preferir, em adulto, a forma monotongada com *o* pequeno (aberto). Entre os dois extremos por que passou o nosso primeiro gramático, a norma viria a definir-se num intermédio *sou*.

5.4.2. *Auto da Barca do Inferno*

O *Auto da Barca do Inferno* está publicado na *Copilação* de 1562, póstuma (fol. 43v-49v). Mas dele existe uma ed. anterior, em folha volante de 1517 (BN Madrid). Uma ed. sinóptica das duas versões foi publicada por I. S. Révah (*Recherches sur les oeuvres de Gil Vicente. I: Edition critique du premier «Auto das Barcas»*, Lisboa, 1951). As duas versões têm numerosas variantes, tanto textuais como de língua.

1) Toda uma série de grafias e de formas são "remoçadas" pela *Copilaçam*. Enquanto a edição de Madrid emprega, por exemplo, 5 vezes o verbo *leixar* (com *l*) e ignora a forma *deixar*, a *Copilaçam* escreve 2 vezes *leixar* e 3 vezes *deixar*, única forma que sobreviveu na língua moderna. O mesmo aconteceu com a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *ser*: em 8 casos a forma "recente" *sou* não se encontra uma única vez na edição de Madrid e no entanto é empregada cinco vezes na *Copilaçam*. De igual modo alguns arcaísmos característicos, como a grafia *vinraa* em vez de *viraa*, aparecem na edição de Madrid e são suprimidos na *Copilaçam*. Observaremos, entretanto, que não se pode exagerar o alcance de comparações pormenorizadas feitas assim de termo a termo. O português do século XVI é uma língua em plena evolução: a mesma palavra é muitas vezes atestada em duas, três ou mesmo quatro formas

diferentes: *dezia-dizia, avesso-averso-adverso, assossegar-sossegar-assesegar-sessegar*, etc. Pode a edição de Madrid dizer *fegura, apercebida, ainda, Gracia* e a *Copilaçam* nos mesmos lugares *figura, percebida, inda, Garcia*, mas tais oposições não têm nenhuma significação particular no que respeita à autenticidade do texto. Esta reserva, todavia, não deve fazer perder de vista a importante constatação que acabámos de fazer: a *Copilaçam* rejuvenesce em certa medida a língua de Gil Vicente.

2) Este rejuvenescimento, no entanto, diz respeito sobretudo às palavras e às formas que pertenciam à língua normal e não àquelas que caracterizavam a maneira de falar de algumas personagens particulares. Assim, *leixar-deixar, dezia-dizia*, etc., são variantes destituídas de significação estilística e o emprego de uma ou de outra era muito certamente inconsciente. Os copistas e os impressores substituíam uma forma por outra sem qualquer prevenção e, com o passar do tempo, verificou-se assim um deslizar geral e espontâneo de toda a língua. Porém, quando o Parvo da *Barca do Inferno* diz *samica(s)*, quando a Alcoviteira diz *dizede* em vez de *dizee-dizei*, quando o Judeu diz *Deu* em vez de *Deos*, a *Copilaçam* não moderniza nem corrige as lições da edição de Madrid: todas estas formas lá se encontram.

[Paul Teyssier, *A Língua de Gil Vicente*, Lisboa, INCM, 2005: 20-21]

6. Conclusão

6.1. O que mudou no português médio

a. síncope do *-d-* intervocálico na desinência da 2ª p (*estades > esta-es, vendedes > vendees*), seguida da resolução do hiato, geralmente por meio de ditongação (*esta-es > estais, vendees > vendeis*), mas tb. por crase das duas vogais (*vendês*)

b. eliminação de hiatos por três processos:

- *monotongação* (crase das duas vogais numa única: *dolore > do-or > dor*);
- *ditongação* (uma das vogais converte-se em semivogal: *De-us > Dews > Dews*);
- *epêntese* de uma consoante (*vinho* ou *uma*) ou de uma semivogal (*credo > cre-o > creio; a-i-água*)

c. unificação de terminações nasais: *leõ* e *cã* (cão) acabam a rimar com *mão*

d. regularização do género: *fim, mar, planeta, aleijão* passam do fem. ao masc.; *linhagem* do masc. ao fem.

e. generalização dos participios em *-ido*: *temudo > temido*

f. entrada maciça de empréstimos lexicais do latim literário

6.2. O que marcou o português clássico em Portugal

a. elocução pausada

b. predomínio da africada [tʃ], grafada *ch*;

c. simplificação do sistema de sibilantes: as duas apicoalveolares passam a predorsodentais no sul e centro de Portugal; confundem-se *cozer* e *coser*;

d. confusão entre *b* e *v* expande-se de norte para sul, até ao Tejo;

e. auge da próclise na oração principal afirmativa⁵:

	<u>1250-99</u>	<u>1300-49</u>	<u>1350-99</u>	<u>1400-49</u>	<u>1450-99</u>	<u>1500-49</u>
próclise	7,1%	24,6%	41,9%	78,9%	92,7%	98,8%
ênclise	92,9%	75,4%	58,1%	21,1%	7,3%	1,2%

⁵ A.M.Martins 'Mudança sintáctica e hist. da líng. port.', *Hist da Língua e Hist. da Gram.*, Braga, 2002: 270.